

HISTÓRIA DA ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DO CEARÁ NA PERSPECTIVA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: NOVAS DIMENSÕES

Andréia Vieira de Mendonça¹

Kamila Vieira de Mendonça²

RESUMO

O percurso histórico da legislação brasileira compreende desafios para o sistema escolar e a política educacional contemporânea, condição que acentua a relevância da temática inclusiva no cenário nacional. Este artigo consiste em um estudo sobre o papel da instituição especializada no contexto da Educação Inclusiva. O objetivo principal é investigar as modificações que a Associação Pestalozzi do Ceará atravessa com o fito de redimensionar suas práticas a fim de contemplar o público alvo da Educação Especial incluído no Ensino Regular. Problematiza como a Associação Pestalozzi do Ceará estabelece as alterações necessárias para promover o Atendimento Educacional Especializado às pessoas com deficiência, numa perspectiva complementar e não substitutiva, como forma de assegurar a escolarização regular. Possui natureza qualitativa, foi utilizado o método de investigação estudo de caso, no universo da instituição, possibilitando o registro e coleta de dados sobre o tema. Foram usados os procedimentos de análise: análise documental e observação direta. O referencial teórico aborda a legislação inclusiva vigente e autores como Januzzi (2004), Mazzotta (2003), e Magalhães (2011). Os resultados apontam que a mudança na instituição investigada teve início no âmbito conceitual, avançando para modificações na prática pedagógica, a fim de acomodar o Atendimento Educacional Especializado. Conclui considerando que os documentos legais vigentes no Brasil refletem um grande avanço para a construção da inclusão e a instituição segue remodelando suas ações, no sentido de contribuir para uma sociedade orientada por princípios básicos de igualdade de oportunidades educativas e sociais, que sejam significativas para todos os alunos.

Palavras-chaves: Educação Especial – Ensino Regular - História

¹ Mestra em Educação Brasileira - Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora da Prefeitura Municipal de Fortaleza e do Governo do Estado do Ceará. E-mail: andievm@ig.com.br.

² Doutora em Economia pelo CAEN - Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora do LABOMAR/UFC. E-mail: kamilavm@terra.com.br.

ABSTRACT

Historical background of Brazilian legislation includes challenges to the school system and the contemporary educational policy, a condition that enhances the relevance of inclusive theme on the national scene. This article presents a study on the role of a specialized institution in the context of Inclusive Education. The main objective is to investigate the changes that Pestalozzi Association of Ceará crosses with the aim to scale their practices to accommodate the audience of Special Education included in the Regular Education. Discusses how the Pestalozzi Association of Ceará establishes the necessary steps to promote Specialized Educational Services to people with disabilities, a complementary and not substitutive perspective changes as a way to ensure regular school attendance. Qualitative features, we used the method of case study research, the institution of the universe, allowing the collection and recording of data on the subject. Document analysis and direct observation: the analysis procedures were used. The theoretical approaches to current legislation and inclusive writers like Januzzi (2004), Mazzotta (2003) and Magalhães (2011). The results indicate that the change in the investigated institution began in the conceptual framework, advancing to changes in teaching practice to accommodate the Specialized Educational Services. Concludes that considering the legal documents in force in Brazil reflect a major breakthrough for the construction of the inclusion and the institution follows remodeling their actions, in order to contribute to a society guided by basic principles of equality of educational and social opportunities that are meaningful to all students.

Keywords: Special Education - Regular Education - History

Introdução

A análise da história da Educação Especial revela que seu surgimento é registrado inicialmente, por um modelo clínico, segundo o qual o aluno era visto de acordo com o grau de deficiência e percebido como portador de limitações que o faziam necessitar de ajuda especial, de forma isolada dos demais indivíduos. Com essa concepção, a Educação Especial era considerada um serviço à parte, isolado do sistema educacional geral e destinado aos indivíduos que, por possuírem peculiaridades não eram beneficiados com as situações regulares do ensino (JANUZZI, 2004; MAGALHÃES, 2011; MANTOAN, 2003; MAZZOTTA, 2003).

A Lei nº 9394/96 de Diretrizes e Base da Educação Brasileira (BRASIL, 1996), trazendo um capítulo destinado à Educação Especial, demonstrou um grau maior de conscientização da nação brasileira para essa questão, no seu artigo 58 conceituou a Educação Especial como uma modalidade da Educação, conferindo ainda, o caráter da

transversalidade, pois o aluno público alvo pode estar matriculado em qualquer nível ou modalidade de ensino.

A Resolução CNE/CEB nº 02, de 11 de setembro de 2001 (BRASIL, 2001), no artigo 1º, instituiu as Diretrizes Nacionais para a educação de alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, na Educação Básica, em todas suas etapas e modalidades, garantindo o atendimento desses alunos desde a Educação Infantil, nas creches e pré-escolas, assegurando-lhes os serviços de Educação Especial sempre que se evidencie, mediante avaliação e interação com a família e a comunidade, a necessidade de Atendimento Educacional Especializado (AEE). A elaboração da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008a), garantida pelo decreto nº. 6.571/08 - dispõe sobre AEE (BRASIL, 2008b), entendido como conjunto de atividades, recursos de acessibilidade³ e subsídios pedagógicos organizados institucionalmente, prestados, de forma complementar ou suplementar, à formação dos alunos no Ensino Regular.

Nessa vertente, esta pesquisa problematiza como a instituição investigada estabelece as alterações necessárias para promover o AEE às pessoas com deficiência, numa perspectiva complementar e não substitutiva, como forma de assegurar a escolarização regular preconizada na legislação inclusiva do Brasil. O objetivo do estudo consiste em investigar as modificações que a Associação Pestalozzi do Ceará atravessa com o fito de redimensionar suas práticas a fim de contemplar o público alvo da Educação Especial incluído no Ensino Regular.

Considerando a relevância social que representa para a Educação, a pesquisa pretende oferecer subsídios para conhecer como a Educação Especial se articula na contemporaneidade para viabilizar a nova postura nacional, desde a concepção desse paradigma inédito até a reorientação da estrutura educacional para se adequar ao contexto de centro de AEE.

³ A acessibilidade deve seguir o paradigma do desenho universal, segundo o qual os ambientes, os meios de transporte e os utensílios sejam projetados para todos e, portanto, não apenas para pessoas com deficiência. Com a inclusão, hoje a acessibilidade não é apenas arquitetônica, pois existem barreiras de vários tipos também em outros contextos. São basicamente seis os contextos de acessibilidade: arquitetônica (sem barreiras físicas); comunicacional (sem barreiras na comunicação entre pessoas); metodológica (sem barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação); instrumental (sem barreiras, instrumentos, ferramentas, utensílios); programática (sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas) e atitudinal (sem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade para pessoas que têm deficiência) (SASSAKI, 2009).

Metodologia

A opção pela pesquisa qualitativa se justifica, pois a mesma dispõe de flexibilidade na construção progressiva do objeto de estudo e ajusta-se à complexidade dos fenômenos humanos e sociais; além de valorizar a subjetividade de pesquisadores e sujeitos de pesquisa. Aliada a tais fatores, está a combinação de variadas técnicas de coleta e análise de dados, bem como a valorização da exploração que estabelece uma proposição geral, baseada na informação de dados singulares e elaboração de um conhecimento holístico da realidade (ANÁDON, 2005).

O estudo de caso é uma investigação baseada primordialmente no trabalho de campo, estudando uma pessoa, um programa ou uma instituição na sua realidade, utilizando, para isso, entrevistas, observações, documentos, questionários e artefatos. O principal interesse desse tipo de pesquisa incide naquilo que o fenômeno tem de único, de particular, mesmo que posteriormente fiquem evidentes certas semelhanças com outros casos ou situações. É um estudo indicado quando queremos pesquisar algo singular, que tenha um valor em si mesmo, como é o caso da pesquisa sobre a nova perspectiva de atendimento na Associação Pestalozzi do Ceará (LÜDKE; ANDRÉ, 1986; YIN, 2001).

Nessa vertente, para investigar as mudanças na instituição, perante o recente papel no contexto da inclusão, foi utilizado o procedimento de coleta de dados através da análise documental, a fim de explorar a legislação inclusiva vigente no Brasil, que é adequado a todos os tipos de estudos de caso, com exceção das sociedades que não tinham se apropriado das técnicas de leitura e escrita. O uso da observação direta no lócus da pesquisa foi um recurso potencial para a compreensão do fenômeno pesquisado, oportunizando ao pesquisador encontrar ao seu alcance comportamentos e condições ambientais importantes para a pesquisa (YIN, 2001).

A análise dos resultados é fundamentada em autores como Januzzi (2004), Mazzotta (2003), e Magalhães (2011). Diante do exposto, a pesquisa ressalta a relevância social da investigação na Associação Pestalozzi do Ceará, como instrumento para conhecer o processo histórico, social e pedagógico de transição da Educação Especial para um centro de AEE, na perspectiva da Educação Inclusiva.

Análise dos Resultados

O movimento pestalozziano no Brasil teve início em 1926, em Porto Alegre com a criação do Instituto Pestalozzi de Canoas, no Estado do Rio Grande do Sul, pelo professor Thiago Würth, para atender crianças com dificuldades de aprendizagem na escola comum. O instituto foi transferido em 1928 para a cidade de Canoas e fundada a Sociedade Pedagógica Pestalozzi. Em 1929, a psicóloga e educadora russa, Helena Antipoff (1892 - 1974) chegou ao Brasil, a convite do governo do Estado de Minas Gerais, trazendo o legado obtido com o professor russo Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827), enfatizando o trabalho na reabilitação e na formação de recursos humanos no atendimento à pessoa com deficiência. Em seguida, foram implantadas as Associações Pestalozzi em Minas Gerais, no Rio de Janeiro e em São Paulo (FENASP, 2012; JANNUZZI, 2004; MAGALHÃES, 2011; MAZZOTTA, 2003).

A Associação Pestalozzi do Ceará é uma entidade filantrópica sem fins lucrativos, fundada em 10 de março de 1956, pela professora Eunice Barroso Damasceno (1921 – 2006). Pioneira no estado do Ceará, a associação é vinculada à Federação Nacional das Associações Pestalozzi (FENASP), que foi criada por um grupo liderado por Helena Antipoff, em agosto de 1970. A FENASP tem como objetivo, congregar as Associações Pestalozzi constituídas no Brasil que agem em prol dos direitos das pessoas com deficiência intelectual e múltipla, de modo isolado, sem as parcerias necessárias às ações sociais macros e coletivas. Sua história é marcada pela pesquisa e inovação nos métodos educacionais e de inclusão social. A assistência multidisciplinar abrange os usuários, bem como seus familiares, em desafio contínuo contra o preconceito, através de atuações multissetoriais. Sua missão é congregar, articular, representar e fortalecer as entidades que compõe a rede Pestalozziana, visando ampliar a assistência e a inclusão social das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e suas famílias (FENASP, 2012; JANNUZZI, 2004; MAGALHÃES, 2011; MAZZOTTA, 2003).

Com efeito, Magalhães (2011, p.27) adverte que:

A educação especial, compreendida como prática social em construção, se consubstancia no seio de uma dada sociedade, no contexto da globalização econômica e da mundialização da cultura, na contradição de um país que ainda lida com graves índices de exclusão social a despeito do que apontam algumas estatísticas.

Conforme os dados obtidos na investigação, a Associação Pestalozzi do Ceará desde meados da década de 90 apresentou alunos incluídos no Ensino Regular, inicialmente através de casos pontuais, revelando o princípio de um movimento posteriormente respaldado pela legislação brasileira, com o objetivo de propiciar a inclusão social. O processo de redimensionamento na instituição foi instigado pelo arcabouço legal, mas perpassou por mudanças nas instalações físicas, bem como de natureza administrativa, social e pedagógica, através das adequações elementares para que seus educadores e técnicos pudessem se apropriar dos conhecimentos e demais elementos basilares para efetivar o AEE.

Desde 2009, a Associação Pestalozzi do Ceará, cujo público alvo constitui pessoas com deficiência intelectual e múltipla, além do atendimento em salas temáticas e oficinas terapêuticas, sistematizou o AEE disponibilizando serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem conforme a Resolução de N° 4 CNE/2009 (BRASIL, 2009).

O Decreto nº 7.611, de 17 de Novembro de 2011 (BRASIL, 2011), assinado pela Presidente Dilma Roussef e que veio revogar o Decreto nº 6.571/08 (BRASIL, 2008b), garante a matrícula e a permanência das pessoas com deficiência na escola regular e seu atendimento especializado em contraturno. Mantém ainda o AEE, tal como na versão anterior, a ser oferecido tanto nas Escolas Regulares quanto nas Escolas Especiais sem, contudo, frear a ampliação de oferta de ensino no sistema de ensino comum.

O acesso à informação, recursos e formação tem proporcionado muitas mudanças no decorrer dos anos ao público da Educação Especial, apresentando novas dimensões e ações no que compete a todas as instâncias do poder e, em especial, a conexão entre a escola e o AEE. Concernente à formação do professor para atendimento do AEE, a legislação preconiza que ele deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica na Educação Especial, seja inicial e/ou continuada. A instituição pesquisada dispõe em seu quadro de funcionários 15 professores. O profissional que trabalha no AEE tem um rol de atribuições que vão auxiliar no planejamento, exercício da tarefa e comunicação com a Escola Regular e com a família do aluno, não perdendo o foco das estratégias que favorecerão a sua aprendizagem em sala de aula comum. Ele não é apenas especialista em um campo

específico, precisa dominar uma gama de orientações e informações, fomentando um profissional multifuncional (BRASIL, 2008b).

O AEE, no cenário da pesquisa é oferecido ao aluno no contraturno da Escola Regular, para dessa forma, não prejudicar o acesso ao ensino comum. É desenvolvido para englobar a escolarização do estudante, focando o desenvolvimento de suas potencialidades, através de estratégias pedagógicas mediadoras da aprendizagem.

Contudo, é imperioso ressaltar que o AEE não pode ser compreendido como o único modo de garantir a aprendizagem⁴ das pessoas com deficiência, é imprescindível que ocorram mudanças em todos os níveis do sistema escolar, como assevera Figueiredo (2002, p. 68):

Inserir na escola aqueles que dela foram excluídos, sem que esta seja redimensionada dentro de um novo paradigma, é dar continuidade ao movimento de exclusão, visto que, se a escola permanece com práticas excludentes e concepções político-pedagógicas conservadoras, esses alunos serão excluídos ou permanecerão sem obter nenhum sucesso em sua aprendizagem e no seu desenvolvimento.

O professor responsável pelo AEE passa a ser um intermediador e disseminador das políticas públicas de inclusão para as famílias e escolas. Esse profissional não trabalha sozinho em prol da aprendizagem do educando; ele requisita criar um vínculo, uma parceria com o professor da sala regular para que os procedimentos realizados em um espaço reflitam positivamente no outro. Esse planejamento é reavaliado continuamente, buscando perceber se os objetivos propostos estão de acordo ou se precisam ser ajustados. Caso esses objetivos não tenham sido alcançados, uma reestruturação será necessária para que as ações e necessidades de aprendizagem do aluno garantam sua permanência e participação na Escola Regular (BRASIL, 2008b).

Os dados obtidos revelaram que a entidade possui um planejamento contínuo de atuações específicas para o aluno inserido na Escola Regular, através de visitas e acompanhamento pedagógico do núcleo gestor da instituição e professor do AEE, às escolas comuns, com o intuito de estabelecer a dialogicidade entre equipes pedagógicas e professores de ambas as esferas. A execução do Plano de

⁴ A educação de qualidade é essencial para o desenvolvimento de um país. Para Sen, prêmio Nobel de Economia de 1998, o desenvolvimento tem que estar relacionado com a melhora na vida dos indivíduos por meio do fortalecimento de suas liberdades, onde a liberdade é entendida como igualdade de oportunidades. Dessa forma, para o autor, as disposições sociais e econômicas, por exemplo, a educação, são fatores de liberdades substantivas. A falta de tais disposições limita os indivíduos de obterem conhecimento e instrução (SEN, 2000).

Desenvolvimento Individual (PDI), desenvolvido para cada discente, e a avaliação formativa⁵ durante o curso do ano letivo, possibilita ajustes e intervenções necessárias, priorizando desse modo, o desenvolvimento global do estudante.

A pesquisa observou que a instituição possui atendimento pedagógico e equipe multidisciplinar composta pelos seguintes profissionais: psicopedagogo, psiquiatra, fonoaudióloga, psicóloga, terapeuta ocupacional, fisioterapeuta e assistente social. A clientela ultrapassa 200 pessoas, oriundas das periferias e áreas circunvizinhas de Fortaleza, distribuídas nos turnos manhã e tarde. A entidade se mantém através de convênios concedidos pelas três esferas (estadual, municipal e federal) e de doações via serviço de telemarketing.

Ancorado nessa atual estrutura, a Associação Pestalozzi do Ceará se articula com a Escola Regular e as famílias, a fim de reconhecer as novas demandas e desafios que o aluno enfrenta para a definição e a disponibilização de recursos que favoreçam o acesso ao currículo comum, sua interação em grupo, participação nos projetos e atividades pedagógicas pertinentes ao processo de inclusão em todas as esferas da sociedade.

Conclusões

A Educação Especial adquire novos contornos ao se unir com o Ensino Regular para o atendimento de pessoas com deficiência. A Associação Pestalozzi do Ceará iniciou o desenvolvimento de ações destinadas ao processo de inclusão educacional antes das determinações legais, dessa maneira, atualmente, ela disponibiliza o AEE no contra turno aos alunos do Ensino Regular, do modo que normatiza as políticas públicas vigentes (BRASIL, 2008b).

A configuração inédita da Educação emerge significativamente através de garantias legais que pautam a nova dinâmica de ensino, em que a legislação gradualmente avança para assegurar coesão aos princípios norteadores que preconizam os sustentáculos da escola inclusiva, apesar da inegável lacuna ainda presente entre o

⁵ A avaliação formativa abrange uma faceta que se empenha em compreender o funcionamento cognitivo do educando, ancorada na tarefa proposta. Depresbíteres (2005) compreende três funções para a avaliação formativa: (1) recolher informações nos objetivos, utilizando instrumentos válidos e precisos; (2) interpretar as informações recolhidas com base em critérios preestabelecidos, identificando objetivos atingidos e não atingidos; (3) planejar atividades de recuperação para os alunos que não atingiram os critérios estabelecidos.

arcabouço legal e a realidade educacional e social das pessoas com deficiência (MAGALHÃES, 2011).

A Associação Pestalozzi do Ceará vem se organizando como um importante instrumento para a construção da inclusão, destarte, ordena suas atividades, recursos e serviços, ressignificando sua trajetória histórica, para através do AEE contribuir efetivamente vislumbrando a formação de uma sociedade orientada por princípios básicos de igualdade de oportunidades educativas e sociais, que sejam significativas para todos os alunos.

Referências

ANÁDON, M. **A pesquisa dita qualitativa**: sua cultura e seus questionamentos. Comunicação apresentada no colóquio internacional Formação, pesquisa e desenvolvimento em Educação (mimeo). UNEB/UQAC: Senhor do Bonfim, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. DECRETO 7611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 nov. 2011.

_____. Resolução CNE/CEB nº 04, de 02 de outubro de 2009. **Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado**. Brasília: MEC/SEESP. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 30 ago. 2014.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. **Inclusão**: Revista da educação especial, Brasília, v. 4, n. 1, p. 7-17, janeiro/junho 2008a.

_____. Ministério da Educação. DECRETO 6.571, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, 18 set., 2008b.

_____. Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. **Diário Oficial [da] União**, Seção 1E, p. 39-40. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

_____. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] União**, n. 248, de 23/12/96 – Seção I, p. 27833. Brasília, DF, 1996.

DEPRESBITERIS, L. **Avaliação da Aprendizagem**: revendo conceitos e posições conceituais e posições. In: SOUSA, C. P. de (Org.). Avaliação do rendimento escolar. Campinas, SP: Papirus Editora, 2005, p. 51-79.

FENASP. FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES PESTALOZZI. **Estatuto Social**. Brasília, DF, 26 de outubro de 2012. Disponível em: <http://www.pestalozzibrasil.org.br/wp-content/uploads/2014/05/estatuto.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2014.

FIGUEIREDO, R. V. **Políticas de inclusão**: escola-gestão da aprendizagem na diversidade. In: ROSA, D. E.G.; SOUZA, V. C. (Org.). Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 67-78.

JANNUZZI, G. S. de M. A educação dos deficientes no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas: Autores Associados, 2004.

LÜDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MAGALHÃES, R. C. B. P.(org.). **Educação inclusiva**: política e formação docente. Brasília: Líder Livro, 2011.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MAZZOTTA, M. J. S. Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2003.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Mota. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 410 p.

YIN, R. K. **Estudo de caso – planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.